

---

---

# terra roxa

## e outras terras

Revista de Estudos Literários

---

---

### DRUMMOND E A BANALIDADE DO MAL<sup>1</sup>

Jaime Ginzburg  
Universidade Federal do Espírito Santo

A figura de Carlos Drummond de Andrade desperta muita inquietação. Tendo convivido com Gustavo Capanema e participado do centro da vida política brasileira no governo de Getúlio Vargas, conseguiu obter reconhecimento como responsável por poesia de resistência. A consagração de *A rosa do povo*, especificamente, indica uma capacidade de enfrentamento de desafios extremos.

Além de ter uma percepção aguda dos movimentos contraditórios do contexto histórico em que foram definidas suas condições de produção, Drummond teve, em sua experiência como cronista e como poeta, uma autonomia de pensamento difícil de constituir em um período violento como o Estado Novo. Pesquisas realizadas nos últimos dez anos têm procurado reavaliar a posição do autor na literatura brasileira. Entre elas, está o ótimo trabalho de Reinaldo Martiniano Marques, que estabelece uma conexão entre a melancolia de sua poesia e o contexto do autoritarismo no Estado Novo (MARQUES 1988).

Nas duas primeiras décadas de sua produção, Drummond, em especial no livro *A rosa do povo*, teve de lidar com uma forte tensão ideológica no ambiente intelectual brasileiro. Para dar visibilidade ao problema, seguindo a linha de MICELI (2001) de abordagem das contradições do quadro intelectual brasileiro, procuraremos inicialmente sinalizar algumas das idéias de intelectuais que ganharam reconhecimento nos anos 30 no Brasil. Nesse período, era muito aberto no país o campo de circulação de idéias autoritárias.

O prestígio atribuído a nomes como Oliveira Vianna, Miguel Reale e Gustavo Barroso tornava o campo intelectual brasileiro propício para a circulação de ideais ufanistas, mitos fundadores (CHAUÍ 2000) e discursos

---

<sup>1</sup> Uma parte deste trabalho foi apresentada como comunicação no Congresso Terras & Gentes – VII Congresso ABRALIC, realizado em Salvador, de 25 a 28 de julho de 2000. O título do trabalho apresentado era “Autoritarismo e vida literária nos anos 40”. O resumo foi publicado em: *TERRAS & GENTES – Programa.Resumos*. Salvador: ABRALIC / UFBA, 2000. p.186. Agradeço à FAPERGS por ter apoiado a participação no evento.

unificadores, interessados na formulação de um projeto hegemônico para o país. A fragmentação discursiva de Drummond confronta diretamente os fundamentos ideológicos desses discursos.

Em 1923, Oliveira Vianna escreveu *Evolução política no Brasil*. Nesse livro, ao pensar as possibilidades de solucionar os dilemas da sociedade brasileira, formulou a tese de que com o branqueamento teríamos uma melhoria. Com menos negros, seríamos um país mais forte. Com tabelas e estudos investigativos amparados na concepção de ciência de seu tempo, Vianna procurou provar que a mestiçagem deveria caminhar no sentido de diminuição do coeficiente de negritude no país, para que tivéssemos uma nação politicamente fortalecida.

Na década de 30, Miguel Reale publicou uma série de estudos estabelecendo perspectivas a respeito do destino do país. Entre eles, encontramos artigos voltados à apresentação do fascismo, indicando as características que Reale considerava serem seus méritos, capazes de ordenar a sociedade brasileira.

Gustavo Barroso escreveu *A história secreta do Brasil*. O livro, que veio a conhecimento de público nos anos 30, tem uma complexa trama que procura demonstrar que os grandes problemas brasileiros tinham uma causa específica e determinada – um grande complô articulado por parte dos judeus para prejudicar e corromper o país. O tratado anti-semita utilizou detalhamento na indicação de fontes, para procurar credibilidade.

Guardadas as diferenças, há dois aspectos comuns a esses três autores. O primeiro é que eles defendem ideais autoritários. O racismo de Vianna, o fascismo de Reale e o anti-semitismo de Barroso são assustadores. Preconceitos contra negros e judeus e condutas fascistas legitimam, tal como ocorreu na Europa nos anos 30 e 40, episódios de violência e massacres coletivos. O segundo aspecto é que seus ideais não são formulados irracionalmente ou produtos de mera inconseqüência. Nos três casos, são homens cultos que sabem o que estão fazendo.

Por serem homens cultos, foram capazes de obter credibilidade e prestígio intelectual. O caso mais forte em conseqüências nesse sentido é o de Reale, pelas relações estabelecidas com o governo de Getúlio Vargas. Todos os três utilizam discurso argumentativo reconhecido em seus contextos intelectuais como possível de ser levado extremamente a sério.

Um olhar lançado sobre o grau de credibilidade atribuído a esses intelectuais na primeira metade do século leva facilmente a uma convicção: o país estava bastante aberto a idéias como essas. Intelectuais como esses não ganham editores e leitores sem razões fortes. Isso consiste em um referencial decisivo para pensar as condições de recepção de Drummond. O poeta escrevia para um público leitor em que idéias racistas, anti-semitas, voltadas

para o estímulo da violência e a exclusão estavam em campos de prestígio. Considerando a conduta político-cultural das elites nas décadas de 30 e 40, o autor não escrevia para um público preparado para formular a crítica das tensões ideológicas de seu tempo com um olhar amadurecido. As modernizações conservadoras exigiam legitimação intelectual, e a poesia de *A rosa do povo* não cumpre esse papel.

Plínio Salgado, outro nome que marcou a história intelectual da primeira metade do século com interesses francamente autoritários, acreditava que “jamais fomos uma nação pensante” (SALGADO 1956: 20). Essa frase pouco sutil indica que, para Salgado, que citava Oliveira Vianna em seus escritos, a vida mental séria do país iniciava com sua própria produção. Essa é uma das marcas mais inquietantes do pensamento autoritário – se recusa a admitir verdadeiramente diferenças de opinião. Nesse caso, se recusa a mais do que isso, a admitir que o país tenha uma história das idéias consistente.

Os fundamentos do pensamento autoritário são complexos. Considerem-se os seguintes fragmentos de Oliveira Vianna:

O negro puro nunca poderá, com efeito, assimilar completamente a cultura ariana, mesmo os seus exemplares mais elevados: a sua capacidade de civilização, a sua civilizabilidade, não vai além da imitação, mais ou menos perfeita, dos hábitos e costumes do homem branco. (VIANNA 1956: 155)

Em certas zonas de imigração ariana mais intensa, como no Rio Grande do Sul, por exemplo, a redução dos coeficientes das raças inferiores ainda é mais rápida e sensível. O quadro abaixo, referente apenas às três raças fundamentais, e com exclusão dos mestiços, é extremamente expressivo neste ponto:

ANOS	Brancos	Negros	Índios
1872	59,4	18,3	5,9
1890	70,2	8,7	5,4

Vê-se como é rápida, no extremo-sul, a destruição da população negra. Em menos de um vintênio, o seu coeficiente, que é de 18,3, cai a 8,7, com uma grande redução, portanto de 9,6%. (...) No norte e no centro, o processo arianizante tem uma marcha menos sensível e rápida. (VIANNA 1956: 190-1)

Vianna alterna de maneira dinâmica estruturas capazes de conferir credibilidade a seus argumentos, como esse quadro de estatísticas, com juízos

definitivos, empregando termos caros às ciências. Nada impede que palavras *coeficientes* apareçam na mesma sentença em que lemos *raças inferiores*. A matemática tem seu poder de garantir, em tempos de modernização, credibilidade a uma proposição. Trata-se de uma racionalidade instrumental, cujos fins são racistas. Além de distinguir níveis qualitativos entre as raças, o texto de Vianna descarta a possibilidade de igualdade, condenando os negros a nunca poderem fazer mais do que imitarem os brancos. O processo arianizante idealizado por Vianna encontra menos obstáculos no Rio Grande do Sul, região em que, observa Vianna, *é rápida a destruição da população negra*. O valor político dessa vantagem do Rio Grande do Sul é considerado estrategicamente por Vianna em seu livro.

Examinando esse texto pela perspectiva atual, é fundamental prestar atenção na naturalidade com que racismo e razão se combinam, em tranqüila postura acadêmica. O livro, que traz no título a palavra *Evolução*, ao defender teses racistas, projeta para o futuro do país uma série de expectativas resultantes do branqueamento. A ciência produzida por Vianna entraria como um apoio reflexivo, no caso, para a construção desse futuro. Um livro como esse, com um projeto para o país, não foi feito para ser levado pouco a sério.

O mesmo pode ser dito dessas palavras de Miguel Reale.

Fomos procurar, por assim dizer, as fórmulas já existentes em vários setores para solução do problema social.

Bem pouco teriam valido elas se não tivesse surgido o arquiteto genial para as aplicar em uma síntese formidável, sondando as profundezas do meio, e calculando a resistência do material humano.

Este homem foi Mussolini.

Ele nos deu um modelo em contínua perfectibilidade, em perpétua revolução, refletindo todas as características essenciais da Nação itálica. (REALE 1983: 121)

O elogio do fascismo como forma de resolver problemas sociais está associado a uma capacidade de compreender relações entre o “material humano” e o meio ambiente. A palavra “revolução”, cujo emprego tem sua historicidade associada a movimentos de ruptura, aqui surge para apontar a conservação do sistema – um modelo em *contínua perfectibilidade*, cuja adoção deve ser mantida. A expressão “material humano” tem implicações fortes, pois substantivo e adjetivo se associam com efeito reificador. A palavra “material” é desumanizadora, ao sugerir o valor estratégico e impessoal com que a política fascista vê os seres humanos.

Em termos textuais, Gustavo Barroso é um caso particularmente complexo. Na abertura de sua obra anti-semita, o autor diz: “A história não é propriamente uma ciência; é antes uma arte” (BARROSO: 1939, 13). Ao mesmo tempo em que a frase sugere a exigência de talento para produzir conhecimento histórico, afasta o comprometimento com o rigor científico. No entanto, este rigor é uma prerrogativa da retórica argumentativa do autor, que apresenta ao longo do livro diversas notas de rodapé para indicar sua base de fundamentação, várias delas em francês e inglês.

Ao estabelecer um campo híbrido, entre o rigor científico e a criação artística, Barroso entra em uma região difícil de analisar, sobretudo considerando a articulação entre uma forma híbrida e um tema tratado como história *secreta*, isto é, uma verdade clandestina cujos fundamentos estão cobertos na vida pública por véus imponderáveis. Com essa forma de apresentação de difícil decifração, Barroso se propõe como dotado de fôlego para enunciar juízos como: “Todo esse plano, em todas as nações, foi cuidadosamente elaborado e lentamente executado pelo judaísmo, raramente a descoberto” (BARROSO 1939: 14). A excelente pesquisa de Roney Cytrynowicz conseguiu compreender criticamente o cerne ideológico de Barroso, mostrando como o pensamento desse autor é voltado para a legitimação da barbárie (CYTRYNOWICZ 1992).

É na década de 30 que vão vir a público os primeiros livros de Carlos Drummond de Andrade. Quando o poeta mineiro escreve, seus textos vão circular em um ambiente intelectual fortemente marcado pela circulação de ideologias autoritárias. Estamos em tempos de modernização conservadora, e de relações dúbias com a política internacional. Drummond, que trabalhou junto a Gustavo Capanema, esteve no centro do furacão. Na passagem da década de 30 para a de 40, quando as tensões ideológicas começaram a se complicar, também sua lírica sofreu transformações.

A análise do contexto permite observar que o contexto nada tinha de preparado para os versos melancólicos e corisivos da crítica do autoritarismo de Drummond. Nomes como Cassiano Ricardo tiveram enorme presença. O campo intelectual que recebia fluentemente idéias de Oliveira Vianna, Gustavo Barroso e Miguel Reale tinha enorme força. Nada indicava que versos como os de *Mário de Andrade desce aos infernos* poderiam ser bem aceitos.

Utilizando uma expressão de Hannah Arendt, referente à naturalização da violência autoritária na segunda guerra mundial, podemos observar em grande parcela do ambiente intelectual brasileiro uma adesão à “banalidade do mal”. A difusão e a legitimação de preconceitos, articulada com os elementos burocráticos de controle social por parte do Estado, tornaram o pensamento brasileiro, a partir das elites e em ressonâncias nos outros grupos sociais

(sobretudo a partir da política educacional e cultural de Gustavo Capanema), frequentemente capaz de aderir a idéias autoritárias.

Conforme informações apresentadas por MICELI (1979) e JOHNSON (1990 e 1995), a década de 40 representou um período decisivo em nossa história da literatura. O país conheceu um crescimento vertiginoso, sem precedentes, de seu mercado editorial. A difusão de livros se desenvolveu intensamente, sobretudo no contexto escolar. A demanda e a circulação de livros aumenta em quantidade e diversidade. São redimensionadas as relações habituais entre a vida editorial e o público leitor, que propõe novos critérios de interesse.

Na imprensa ocorrem mudanças: é estabelecida uma competição entre diversos órgãos responsáveis pela publicação de jornais, sendo os Suplementos Literários dedicados à apresentação de novidades, à exposição de juízos influentes de valor, e aos debates intelectuais. Paralelamente ao crescimento da presença de literatura e crítica literária no jornal, o New Criticism ganha espaço, surgindo esforços, com influência de pensadores norte-americanos, para a instituição de uma crítica científica no país.

É fundada em 1942 a Associação Brasileira de Escritores, reunindo “duas gerações de escritores de várias tendências políticas, que vão da extrema direita à extrema esquerda” (JOHNSON 1995: 178). Pela primeira vez na história brasileira, os escritores propõem a si mesmos como classe profissional interessada em direitos jurídicos, determinada a ocupar uma posição definida no mundo do trabalho. Reunindo nomes de tendências díspares, a Associação expressou uma concepção nova da posição social do escritor.

Muitos escritores tinham vínculos com o Estado, ou com organizações políticas. Em vários casos, as possibilidades de editoração, circulação, exposição na imprensa e reconhecimento literário estavam associadas, direta ou indiretamente, à filiação a uma linha de conduta política, ou à ocupação de um cargo administrativo.

No conjunto, esses elementos – ampliação do mercado editorial e da presença da literatura na imprensa, fundação da Associação Brasileira de Escritores, articulações entre a estrutura política e a produção literária, mudanças no perfil da crítica – definem um campo de atividade intelectual extremamente intenso, sem precedentes na história do país. Entre as motivações para essa intensidade, está o fato de que o processo histórico passava, na ocasião, por uma série de transformações complexas.

Um primeiro aspecto a observar é a ambivalência do país em termos de política internacional. Para dizer de modo breve, em nosso interior circulavam no início dos anos 40, em pleno Estado Novo, posições de apoio a regimes autoritários firmados, como o nazismo alemão e o fascismo italiano, e também idéias compatíveis com os interesses norte-americanos. Desde

meados da década de 30, até a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial, essa mistura provoca uma série de conseqüências em termos de comportamentos governamentais nas relações internacionais. O fato de nunca termos chegado a adotar um modelo plenamente correspondente aos extremismos europeus, de acordo com LAMOUNIER (1981), se deve à ambivalência político-econômica do país, em meio aos interesses contrários que o atingiam.

Um segundo aspecto é o modo como a modernização tecnológica se desenvolveu no país no período. Embora tenha havido em 1930 uma ruptura importante no regime, com a queda da hegemonia oligárquica, a passagem da economia dos anos 20 para o populismo getulista não correspondeu a uma mudança estrutural, mas à conservação das condições de hierarquização sócio-econômica. Conforme SCHWARTZMAN (1988), DUARTE (1999) e ARAÚJO (1999), a modernização econômica e tecnológica é acompanhada de uma conservação de formas de relacionamento social, sobretudo no que concerne à conduta política das elites. O país se moderniza, mas conserva uma lógica de opressão e desigualdade.

Em terceiro lugar, a cultura do início dos anos 40 guarda heranças das décadas anteriores. Nos anos 20, tivemos a consagração dos modernistas, com Mário de Andrade e Oswald de Andrade conjugando vanguarda e consciência histórica para rever a leitura do passado nacional. E também tivemos a presença do verde-amarelismo, com o nacionalismo de Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, cujo trabalho vai convergir nos anos 30 para a produção integralista e a assimilação de idéias do fascismo europeu. Essas diferentes heranças vão se misturar, de modo que, no início dos anos 40, a Associação Brasileira de Escritores vai reunir autores vinculados a ambas as linhas.

A intensificação da vida literária nos anos 40 pode ser compreendida como resultado dialético do aprofundamento dos conflitos ideológicos que vinham se formulando desde os anos 20 e 30 – modernização tecnológica / conservação hierárquica, liberalismo / autoritarismo, modernismo antropofágico / integralismo. As tensões produzidas no confronto entre esses elementos ganharam variadas formas, e motivaram um debate ideológico e estético que levou muitos escritores a propor publicações nos anos 40.

O ano de 1945 é decisivo nesse panorama. Com o fim da 2ª Guerra e o encerramento do Estado Novo, a sociedade brasileira é levada a atribuir um descrédito aos regimes autoritários. Entre as obras publicadas nessa década e nesse ano, merece destaque *A rosa do povo*.

Não sendo possível no espaço deste artigo desenvolver uma leitura exaustiva do livro, o que se pretende aqui é indicar como, examinando os vários temas nele presentes, encontramos uma capacidade forte de elaboração de uma reflexão exemplar sobre a história. A contextualização do livro na vida

literária dos anos 40 torna ainda mais relevante a consideração de seu potencial crítico.

De modo esquemático, podemos, sem pretender exaustividade, enumerar alguns dos principais temas de *A rosa do povo*. Drummond reflete sobre as condições de elaboração do texto poético, caracterizando a ambivalência da capacidade de comunicação da poesia, que mantém a intenção de manifestar idéias e posições, mas já contém em si mesma a crítica das suas limitações sociais (conforme SIMON 1978). Aponta para a passagem do tempo, revolve a memória (CANDIDO 1987). Alarga seu horizonte de delimitação do passado, que inclui o passado recente, gerações anteriores, e também referenciais antigos, míticos, lidos pelo avesso da tradição, na *Nova canção do exílio*. De modo geral, o passado é cravado pela ruína (HARDMAN 1998).

Em *A rosa do povo*, Drummond demarca a constituição da subjetividade de modo muito próximo ao que ocorre na lírica de Paul Celan (CELAN 1977). O sujeito, em sua *vida menor*, é caracterizado pela fragilidade, e o sentimento que demonstra com que se molda a relação entre o sujeito e o mundo é o medo. Coerentemente, encontramos com força no livro a presença da morte, esmiuçada entre o terror e o banal em *Morte no avião*. O desejo é lançado à indeterminação, como tematiza *Carrego comigo*. A força da melancolia do autor foi examinada com precisão por MARQUES (1998).

A sociedade tem sua perversidade desmascarada, exibindo seu âmago capitalista. Mercadorias e burocracias contribuem para a reificação, e a modernidade é exposta no livro como degradação e desumanização (CAMPOS 1999). Referências ao processo histórico são numerosas. A dialética entre o horizonte local e o espaço mais amplo é expressa na representação da América, e no enquadramento dos dilemas no contexto internacional. As experiências do socialismo, a política alemã e a problemática russa se reúnem no palco dos confrontos ideológicos das primeiras décadas do século XX.

Mais do que tema final, flagrado no poema a Charlie Chaplin, a relação entre arte e povo é nuclear no livro todo, costurando de modo contraditório as linhas de esforço comunicativo e senso de compromisso com as dores inconformadas da dificuldade de ação e das limitações individuais frente à tensão dos movimentos históricos.

Explorando recursos da lírica moderna (FRIEDRICH 1978), Drummond propõe em seu livro uma sólida, fundamentada e inquietante reflexão sobre a formação social brasileira. Situa o leitor, descontinuamente, nas dimensões do espaço e do tempo, mapeando tensões ideológicas que se movem à sua volta, atingindo diretamente as condições de existência social. Ao mesmo tempo, propõe uma representação do sujeito, herdeira de Machado de Assis e Graciliano Ramos, calcada na fragilidade, na incerteza e na finitude, em que as possibilidades de compreensão e domínio da experiência são



ameaçadas pela reificação capitalista, pelo horror implantado na política e pela percepção das ruínas deixadas no passado.

*A rosa do povo* impressiona não apenas por um grau raro e exemplar de capacidade de articular elementos líricos e problemas históricos, mas sobretudo pelo espantoso fato de vir à luz em um momento como 1945, em que nada facilita a circulação de uma obra com esse perfil. O livro não se presta aos interesses capitalistas do mercado editorial, pois critica a base do sistema que o sustenta. Não teme a repressão, formal ou informal, que os ideólogos do Estado Novo poderiam ter determinado, mesmo depois do fim do governo de Getúlio Vargas. O livro se afasta de qualquer celebração da modernização tecnológica. Com certeza, como já observou Antonio Candido (apud MICELI 1979), de modo algum traduz um comprometimento com Gustavo Capanema ou Getúlio Vargas, mostrando autonomia ideológica do poeta, que fez parte do aparelho de Estado.

Nesse sentido, o livro se coloca inteiramente contra os ideais da política autoritária, que teve enorme força no Brasil entre 1930 e 1942. *A rosa do povo* estabelece como inimiga a banalidade do mal no Brasil. Os preconceitos e mitos ufanistas cultivados por intelectuais como Vianna, Salgado, Reale e Barroso não apenas estão ausentes, mas são duramente demolidos pelo olhar fragmentador, atento às ruínas do processo histórico.

Considerando a vida literária e o contexto social dos anos 40, *A rosa do povo*, como obra-prima, é uma conjugação de inserção nos conflitos ideológicos da História e construção de um conjunto de recursos expressivos de rara qualidade estética. Descartado o nacionalismo ufanista, Drummond encontra formas para falar do Brasil descartando qualquer senso de linearidade ou unidade (Conforme MIRANDA 1997 e SCHMIDT 1997). Um dos fatores de grandeza do livro, que o distingue da média da produção do período, está em sua concepção de História, em que público e privado se combinam.

Está ausente qualquer teleologia firme, qualquer lógica causal. O fato de Drummond, fragmentariamente, associar diversas camadas temporais de passado – um passado imediato, gerações anteriores, tempos remotos – sugere a afinidade, pela perspectiva das ruínas, entre os dilemas de diferentes tempos. Problemas deste século se ligam ao século anterior, problemas do presente se ligam aos de vinte anos antes. Historicamente, isso sinaliza a persistência de problemas sócio-políticos. O mal-estar constituído pelo autoritarismo do Estado Novo e do fascismo europeu remonta a experiências autoritárias anteriores, que devem ser lembradas, para aproximação do presente (Conforme PINHEIRO 1991, VIEIRA 1991, SEGATTO 1999 e SANTOS & TIRELLI 1999). Diferentemente de Oliveira Vianna, Gustavo Barroso e Miguel Reale, como intelectual, Drummond ultrapassou os ranços conservadores, e conseguiu espaço com um discurso de resistência, contrário a linhas de hegemonia intelectual de seu tempo.

O contraste entre os discursos dos intelectuais autoritários e a poesia de Drummond é de enorme impacto. Enquanto Plínio Salgado homenageia canhões em sua poesia, Drummond escreve sobre o medo. Vivendo em um país com política ambígua com relação ao fascismo, Drummond foi marcado profundamente pela experiência da guerra. Em uma entrevista concedida em 1945, a Ary de Andrade, o poeta expôs o seguinte:

As contradições deste mundo se refletem na própria guerra em que ele se estorce e em que, sob o sacrifício de milhões de pessoas, não é difícil enxergar o cálculo e a ambição de alguns. (...) De todos os lados se reconhece que estão anulados muitos dos valores ao sobre os quais se apoiava a nossa concepção geral da vida, e que atingimos um período de crise. (BRAYNER 1978: 32)

Contrastando com o discurso firmado em convicções dos intelectuais autoritários, em *A rosa do povo* encontramos marcas melancólicas da perda de qualquer possibilidade de experiência de plenitude. Os versos transcritos a seguir exemplificam alguns dos pontos essenciais que sustentam a poesia em *A rosa do povo*.

De tudo ficou um pouco.  
Do meu medo. Do teu asco.  
Dos gritos gagos. Da rosa  
ficou um pouco.  
(*Resíduo*)

Chegando ao limite  
dos tempos atuais,  
eis-nos interditos  
enquanto prosperam  
os jardins da gripe,  
os bondes do tédio,  
as lojas do pranto.  
(*Nos áureos tempos*)

É tempo de meio silêncio,  
de boca gelada e murmúrio,  
palavra indireta, aviso  
na esquina. Tempo de cinco sentidos  
num só. O espião janta conosco.

(*Nosso tempo*)

Este país não é meu  
nem vosso ainda, poetas.

(*Cidade prevista*)

O poema *Nos áureos tempos* fala em um processo de desgaste, mas sob o enfoque da chegada de um *extremo dos tempos*, imagem fortemente articulada com o contexto de vivências do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial. Prosperam horrores, imagens do mal brasileiro, representados por imagens como “lojas do pranto”, fusão do mundo da mercadoria com a experiência da dor. As imagens de *meio silêncio* e *palavra indireta*, como muitas outras em diversos poemas do livro, dizem respeito à necessidade de empregar a linguagem de maneiras deliberadamente oblíquas ou opacas, em função da impossibilidade de transparência, resultante das ameaças indicadas pela presença do espião, em *Nosso tempo*.

*Resíduo* aponta para um desgaste, através da vivência de perdas, da redução da experiência, que poderia ser tudo, a apenas *um pouco*. A negação presente em “*Este país não é meu*”, em *Cidade prevista*, indica conflito entre as idéias dominantes e as convicções do sujeito. O verso contraria frontalmente o discurso ufanista de Plínio Salgado, que se apossa das imagens nacionais na perspectiva integralista. Esses fragmentos poéticos expõem avaliações da realidade em perspectiva crítica. Em todos os casos a poesia sugere ao leitor um mal-estar diante do presente, um estado de inconformidade:

No chão me deito à maneira dos desesperados.

(*Mário de Andrade desce aos infernos*)

Que fazer, exausto,  
em país bloqueado,  
enlace de noite  
raiz e minério?

(*Áporo*)

Sem nenhum idealismo, contrário ao autoritarismo e aos preconceitos, o livro de Drummond é exemplar de uma melancolia revolucionária – uma combinação produtiva de senso de indignação inconformada e consciência dos próprios limites. A presença de sentimentos como desespero e exaustão indica o grau de intensidade de conflito deste livro com o processo histórico à sua volta. Não foi fácil para Drummond encontrar vozes para enunciar. O contexto autoritário oprime, o *país bloqueado* escurecido e desumanizado,

saturado pela banalização do mal, é motivação para o questionamento interrogativo. O livro não apresenta convicções racionalizadas.

*A rosa do povo* é um livro que pode ser lido como “percurso através da maldade humana” que ensina a ver, por contraste, nos pensadores prestigiados de seu tempo, “a lição da temerosa banalidade do mal”, que desafia palavra e pensamento (ARENDDT 1983: 262). Distante do campo de experiências discursivas de autores como Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Oliveira Vianna e Miguel Reale, Drummond procurou uma linguagem própria que entrasse em conflito com o universo autoritário à sua volta. No seu modo particular de empregar recursos como a fragmentação da forma, as articulações metafóricas de matriz surrealista e as avaliações críticas do presente e do passado, conseguiu formular essa linguagem.

Em sua entrevista a Ary de Andrade, Drummond comenta sua produção, valorizando o surrealismo e defendendo a ruptura com formas convencionais de expressão:

num mundo absurdo, como o atual, que só erige padrões de cultura para destruí-los e perante uma civilização que conduz os seus melhores filhos à morte coletiva pela bomba, quem está certo é quem afinal era chamado de louco, e repelia esta ordem. (...) perigo, insisto, é a volta às velhas formas burguesas de expressão, à literatura água de flor laranjeira, anódina e inseqüente, ou simplesmente acadêmica. Este perigo é tanto maior quanto muitos escritores entre nós, não raciocinaram perante os fatos e fenômenos políticos. Estão ainda num inquietante não-importismo ... Por isso a formação da consciência intelectual no Brasil está em plena infância. (BRAYNER: 1978: 34-5)

As afirmações de Drummond, nessa entrevista, podem ser tomadas como pontos de referência para avaliar problemas como as formas de participação política necessárias para a poesia brasileira e as relações entre texto e contexto. A ruptura com convenções de linguagem e a consciência política andam juntas. A produção de Drummond interioriza o impacto da experiência do autoritarismo no Brasil e no mundo, e elabora, com percepção aguda, uma série de imagens que propõem a desmontagem das visões ideológicas dominantes, e de suas formas de expressão convencionais.

## BIBLIOGRAFIA:

ANDRADE, C. D. de. *Nova reunião*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

- ARAÚJO, M. C., org. *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: UERJ / FGV, 1999.
- ARENDT, H. *Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Diagrama & Texto, 1983.
- BARROSO, G. *História secreta do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1939.
- BRAYNER, S. *Carlos Drummond de Andrade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CAMPOS, M. do C. *A matéria prismada. O Brasil de longe e de perto & outros ensaios*. São Paulo: Edusp, 1999.
- CANDIDO, A. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.
- CELAN, P. *Poemas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.
- CHAUÍ, M. *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- CYTRYNOWICZ, R. Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30. São Paulo: FFLCH-USP, 1992. Dissertação de Mestrado.
- DUARTE, A. L. *Cidadania e exclusão: Brasil 1937-1945*. Florianópolis: UFSC, 1999.
- FRIEDRICH, H. *Estrutura da lírica moderna*. São Paulo: Duas Cidades, 1998.
- HARDMAN, F. F. “Visões da guerra: o Brasil na crise da civilização.” In: LEENHARDT, J. & PESAVENTO, S., orgs. *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Unicamp, 1998.
- JOHNSON, R. “A dinâmica do campo literário brasileiro.” *Revista USP* (1995) 26.
- JOHNSON, R. “The institutionalization of Brazilian Modernism.” *Brazil / Brazil* (Porto Alegre) (1990) 4.
- LAMOUNIER, B. Introdução. In: AMARAL, A. *O Estado Autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Unb, 1981.
- MARQUES, R. M. “Tempos melancólicos, poetas melancólicos.” In: SOUZA, E. M., org. *Modernidades tardias*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- . *Intelectuais e classe dirigente no Brasil. 1920-1945*. São Paulo: Difel, 1979.
- MIRANDA, W. M. “As fronteiras internas da nação.” *Cânones Contextos. 5º Congresso ABRALIC. Anais*. Rio de Janeiro: Abralic, 1997. V.1.
- PINHEIRO, P. S. “Autoritarismo e transição.” *Revista USP* (1991) 9.
- REALE, M. O fenômeno fascista. In: \_\_\_\_\_. *Obras políticas*. Brasília: UNB, 1983.
- SALGADO, P. *Obras Completas*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. v.19.
- SANTOS, J. V. T. & TIRELLI, C. “A ordem pública e o ofício da polícia: a impunidade na sociedade brasileira.” In: SOUSA, Edson Luiz, org. *Psicanálise e colonização*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

- SCHMIDT, R. T. Prefácio. In: \_\_\_\_, org. *Nações / narrações*. Porto Alegre: ABEA, 1997.
- SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- SEGATTO, J. A. “Cidadania e ficção.” In: VÁRIOS. *Sociedade e literatura no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- SIMON, I. M. *Drummond: a poética do risco*. São Paulo: Ática, 1978.
- VIANNA, O. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- VIEIRA, O. V. “Sociedade x Estado.” *Revista USP* (1991) 9.